

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social – Jornalismo

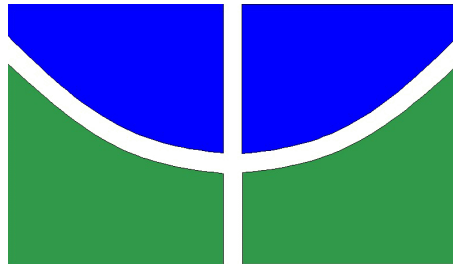
Orientador: Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho

O conceito de democracia no Jornal Folha de S. Paulo

Sara Resende Curcino

Brasília/DF

Dezembro de 2016



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social – Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho

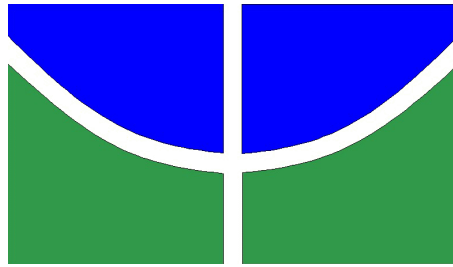
O conceito de democracia no Jornal Folha de S. Paulo

Sara Resende Curcino

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, sob orientação do professor Wladimir Ganzelevitch Gramacho.

Brasília/DF

Dezembro de 2016



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social – Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho

Membros da Banca Examinadora

Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho
Orientador

Prof.^a Dr.^a Liziane Guazina
Membro

Prof. Dr. Pablo Holmes
Membro

Prof. Dr. David Renault
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmão, pela infinita dedicação aos meus projetos de vida.

Aos meus avós, tios, tias e primos pelo carinho e apoio durante todo o período de faculdade.

Aos primos de Brasília, pelo suporte e auxílio desde o primeiro dia de minha mudança de cidade.

Ao professor Wladimir pela paciência de ensinar, esclarecendo sem hesitar cada dúvida existente.

A Ranier, Ingrid, Lays, Luiza, Mônica e Sara pela imensa ajuda durante a elaboração deste trabalho.

As amigas que estiveram do meu lado Anna Luiza, Andressa, Bianca, Hanna, Paula, Laís, Larissa e Thaissa.

Aos profissionais com que tive o prazer de trabalhar e aprender, principalmente os colegas do Correio Braziliense, Congresso em Foco, TV Globo e G1 Política.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de conteúdo dos editoriais publicados no jornal *Folha de S. Paulo* entre 1988 e 2016, que se referem à democracia no Brasil, em diferentes perspectivas conceituais. Os textos são classificados de acordo com cinco correntes de interpretação da democracia contemporânea: liberal-pluralismo, democracia deliberativa, republicanismo cívico, democracia participativa e multiculturalismo.

Palavras-chave: teorias da democracia, democracia contemporânea, editorial, *Folha de S. Paulo*, análise de conteúdo

ABSTRACT

This paper presents a content analysis of the editorials published in the newspaper *Folha de S. Paulo* between 1988 and 2016, which refer to democracy in Brazil, in different conceptual perspectives. The texts are classified according to five currents of interpretation of contemporary democracy: liberal-pluralism, deliberative democracy, civic republicanism, participatory democracy and multiculturalism.

Keywords: democracy theories, contemporary democracy, editorial, *Folha de S. Paulo*, content analysis

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Número de editoriais sobre democracia divididos por ano

Gráfico 2: Média da incidência de cada tipo de democracia

Gráfico 3: Média da incidência de cada variável

Gráfico 4: Média da incidência dos tipos de democracia por ano

Tabela 1: Dados avaliados pelo primeiro grupo de codificadores

Tabela 2: Dados avaliados pelo segundo grupo de codificadores

Tabela 3: Média das tabelas 1 e 2

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Referencial teórico.....	11
2.1 Da democracia clássica à contemporânea.....	11
2.1.1 Liberal-pluralismo.....	15
2.1.2 Democracia deliberativa.....	19
2.1.3 Republicanismo cívico.....	22
2.1.4 Democracia Participativa.....	25
2.1.5 Multiculturalismo.....	29
2.1.6 Breve revisão das teorias de democracia.....	33
2.2 Contexto brasileiro.....	35
3. Metodologia.....	41
4. Análise dos editoriais.....	43
5. Conclusão.....	49
6. Bibliografia.....	50

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso pretende identificar qual o significado que o jornal *Folha de S. Paulo* atribui ao termo democracia. Esta é a primeira parte de uma pesquisa cuja intenção é a de verificar as interpretações dos principais jornais impressos brasileiros acerca do regime democrático. Os veículos de comunicação são informativos da população, além de contribuírem na formação da opinião do leitor. Os periódicos divulgam os direitos do cidadão e introduzem discussões político-ideológicas na sociedade. O posicionamento do jornal, revelado pelo editorial, pode refletir a percepção da sociedade sobre um tema, mas também tem o poder de mudar a concepção do consumidor da notícia sobre o fato. É prudente analisar a visão do veículo sobre a evolução da democracia no contexto brasileiro, já que a percepção do jornal poderá manifestar ou induzir o entendimento do povo em relação à transformação do regime.

O Brasil pode ser considerado uma democracia consolidada. Mas o próprio conceito de governo do povo é fluido e pode ser utilizado para classificar várias formas de administração, em algumas vezes até regimes opostos. O estudo visa delimitar as visões de democracia expostas pelo jornal impresso mais influente no parlamento brasileiro.

Poucas ideias na atualidade parecem ter adquirido uma aceitação tão ampla quanto a de democracia. Não importa qual seja o espectro político a partir do qual a ideia é enunciada e defendida, ‘democracia’ é uma quase unanimidade. Ao mesmo tempo, o sentido mesmo do termo parece fluido, escorregadio (...) Desde o colapso do chamado ‘socialismo real’ e do longo declínio do grande arranjo social europeu conhecido como Welfare State até o processo de liberalização dos mercados e dos fluxos de capital financeiro que recebeu, em um primeiro momento, o vago nome de ‘globalização’, a disputa política em torno do sentido de ‘democracia’ tornou-se ainda mais aguda (COELHO e NOBRE, 2004: 21).

A pesquisa pretende, portanto, investigar a interpretação que a mídia, por meio do jornal *Folha de S. Paulo*, faz do regime em vigor no Brasil. Essa intenção se dá porque este jornal exerce influência direta na opinião da população e dos políticos, principalmente dos congressistas que legislam criando ou alterando leis em benefício do povo. De acordo com o portal do jornal *Folha de S. Paulo*, a missão do veículo envolve o “aprimoramento” da democracia.

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania (Portal Folha).

O jornal segue sete princípios essenciais: (1) independência econômica e editorial, (2) compromisso com o leitor, (3) ética, (4) defesa da liberdade de expressão, (5) defesa da livre iniciativa, (6) pioneirismo e (7) respeito à diversidade. O trabalho de conclusão de curso faz, então, uma reflexão sobre o amadurecimento da representação política no Brasil a partir da leitura de um dos jornais mais importantes do cenário nacional.

A representação política nas democracias contemporâneas sofreu transformações profundas no último quartel do século XX: partidos políticos de massas perderam sua centralidade como ordenadores estáveis das identidades e preferências do eleitorado; a personalização midiática da política sob a figura de lideranças plebiscitárias tornou-se um fenômeno comum; mudanças no mercado de trabalho tornaram instáveis e fluidas as grandes categorias populacionais outrora passíveis de representação por sua posição na estrutura ocupacional; e, se isso não bastasse, uma vaga de inovações institucionais tem levado a representação política, no Brasil e pelo mundo afora, a transbordar as eleições e o legislativo como lócus da representação, enveredando para o controle social e para a representação grupal nas funções executivas do governo (LAVALLE e ARAUJO, 2006: 49).

A primeira seção da pesquisa apresenta os cinco principais tipos de democracia contemporânea. O modelo liberal-pluralista entrega ao povo a responsabilidade de delegar poder a representantes por meio do voto. O mandatário poderá ser contestado e até retirado do cargo caso não atenda às necessidades populares. Nesta corrente, a política é definida pela busca pelo poder, atingido através do apoio da população e da obtenção de alianças políticas.

A democracia deliberativa anseia o consenso do povo a respeito de questões de cunho social e político. O consenso é atingido após o diálogo em fóruns públicos de debate, onde os indivíduos são livres para expressar suas ideias. Desta forma, os representantes serão influenciados pelas propostas da população.

O republicanismo cívico remete ao ideal grego de democracia, em que o cidadão era ativo no exercício da política. Segundo esta vertente, o povo deveria comparecer às reuniões do Legislativo e executar o mesmo trabalho dos congressistas, que consiste na avaliação e criação de leis e políticas públicas.

A democracia participativa, como o próprio nome indica, sugere que o cidadão ultrapasse o limite do voto e interaja cotidianamente com a política. A organização de associações, a mobilização popular explicitada em manifestações que difundem o posicionamento de determinada camada social, o referendo, o plebiscito são maneiras de aplicar este modelo. A intenção da corrente é levar para a esfera doméstica e do trabalho a vivência democrática. Quando a política se aproxima das pessoas, seja em casa, seja no trabalho, a tendência é que os cidadãos compreendam melhor o funcionamento do estado e se sensibilizem ainda mais pela causa.

O último tipo de democracia contemporânea, o multiculturalismo, visa tratar de forma diferenciada cada minoria, com o objetivo de reduzir a repressão sofrida por esses grupos, garantindo a eles espaço na agenda pública.

As duas últimas sessões da pesquisa mostram o resultado da análise de conteúdo e a conclusão feita a partir dos números obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DA DEMOCRACIA CLÁSSICA À CONTEMPORÂNEA

A democracia foi inventada mais de uma vez em localidades diferentes. De acordo com Robert Dahl (2001), é provável que este regime tenha sido implementado em governos tribais, anteriores aos registros históricos. Grupos que continham uma “lógica de igualdade” se organizavam a partir de princípios democráticos. Nas sociedades tribais ágrafas, pequenos grupos de seres humanos que viviam da caça e da coleta, por exemplo, as decisões eram tomadas pelo grupo, especialmente pelos mais experientes. O surgimento de hierarquias (monarquias, despotismos, aristocracias ou oligarquias) com o objetivo de organizar sociedades maiores e fixas, que já trabalhavam com agricultura e comércio, eliminou gradativamente a participação popular nos governos. No entanto, por volta de 500 a.C, pequenos grupos reinventaram o sistema democrático a partir da democracia primitiva. As maiores expressões deste retorno ao governo do povo aconteceram no Mediterrâneo (Grécia e Roma) e na Europa do Norte (Dahl, 2001: 19-21).

A Grécia era formada por cidades-estado, cidades independentes e soberanas, o modelo mais elucidativo é Atenas. Os atenienses introduziram o termo *demokratia*: *demos*, povo e *kratos*, governar. Os cidadãos de Atenas se reuniam em assembleias onde grande parte da população poderia participar. Uma espécie de sorteio selecionava, de maneira imparcial, indivíduos para ocuparem o cargo de funcionários do governo, como generais. Os gregos, porém, deixaram pouquíssimos registros sobre eleições e democracia representativa (Dahl, 2001: 21-22).

Na mesma época em que a democracia despontou na Grécia, se instalou na península italiana da cidade de Roma. Os romanos inauguraram o termo república: *res*, em latim significa coisa ou negócios, e *publicus*, cujo significado é que vem do povo, público, formando “a coisa pública” ou “os negócios do povo”. No início da implantação do sistema, apenas os aristocratas participavam da tomada de decisão governamental. Depois, a plebe (povo) conquistou o direito de integrar a administração pública. É

importante ressaltar que tanto na Grécia quanto em Roma somente homens podiam integrar o governo. Esta máxima permaneceu ligada às democracias até o século XX. A república romana incorporou toda a Itália, além de outras regiões. Os povos conquistados recebiam, portanto, a cidadania romana. O aumento do número de cidadãos dificultava o encontro para deliberação nos fóruns de debate ou assembleias, que eram realizadas somente em Roma. Cidadãos que moravam em regiões mais distantes precisavam despender energia e recursos financeiros se quisessem acompanhar os rumos do governo. Assim como os gregos, os romanos não solucionaram o crescimento populacional por meio da representação. Em 130 a.C a república romana começou a perder forças devido a conflitos, guerras e corrupção. A ditadura de Júlio César finalizou este ciclo democrático em Roma. Depois do assassinato de César, um império foi estabelecido na região. O governo popular, desconsiderando pequenas tribos, desapareceu por cerca de mil anos em todo o mundo (Dahl, 2001: 22-25)

Cidades-estado como Florença e Veneza, onde a participação no governo era restrita à nobreza e a grandes proprietários, surgiram no norte da Itália no ano 1100 d.C. A cidade-estado, no entanto, se extinguiu com a criação do estado ou país. O modelo de parlamento nacional composto de representantes designados pelo povo originou-se na Inglaterra, Escandinávia (vikings), Países Baixos e Suíça. Homens nobres eram eleitos pela população para legislar em favor dessa no parlamento. A democracia representativa começa a aparecer (Dahl, 2001: 27-28).

Em suma, o voto, ao qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir. Quando descrevemos o processo de democratização ocorrido ao longo do século XIX nos diferentes países que hoje chamamos de democráticos, nos referimos à ampliação progressiva, mais rápida ou mais lenta segundo os diferentes países, do direito de eleger os representantes, ou então à extensão do processo eleitoral a partes do Estado, como a Câmara alta, na qual os membros eram habitualmente nomeados pelo soberano. Nada mais (BOBBIO, 2000: 372).

O sistema democrático dos modernos é marcado pela representação enquanto o clássico ou o dos antigos pode ser denominado como democracia direta. A transição das cidades-estado para os Estados territoriais, as nações, mudaram completamente as condições histórica. Na democracia moderna, a soberania (fonte de poder) não é do povo, mas sim de cada cidadão, de todos eles separadamente (Bobbio, 2000: 371-380).

O fundamento de uma sociedade democrática é o pacto de não-agressão de cada um com todos os outros e o dever de obediência às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo de comum acordo preestabelecidas, sendo a principal aquela que permite solucionar os conflitos que surgem em cada situação sem recorrer à violência recíproca (...) Com o pacto de não-agressão recíproca, os indivíduos saem do estado de natureza; com o pacto de obediência às regras estabelecidas em comum acordo constituem uma sociedade civil. Mas somente instituindo um poder comum dão vida a um Estado (que não é necessariamente democrático) (BOBBIO, 2000: 384-385).

Ao analisar a democracia atual, a contemporânea, Held (2006) defende a reforma do poder do Estado e a reestruturação da sociedade civil. O objetivo das duas mudanças propostas é a conquista de autonomia, conceito, segundo o autor, essencial para a interpretação da democracia contemporânea. A divisão entre Estado e sociedade deve ser clara. Os cidadãos devem possuir os mesmos direitos e deveres. O quadro político não pode limitar oportunidades das pessoas, que precisam ter sua liberdade garantida no processo de deliberação sobre decisões que influirão sobre suas vidas. A democracia contemporânea estendeu a participação do povo em relação à moderna. Held pondera que mesmo os indivíduos apáticos à política influenciam na prática dessa a partir do momento que a conjuntura é mantida senão há intervenção da sociedade. Atualmente, a política vive um período de descrédito e é muito ligada à corrupção e à hipocrisia. Todavia, os problemas estruturais e de desigualdade entre a população não se resolverão pela desvinculação do povo do exercício da política (Held, 2006: 257-282).

A democracia tem funcionado como uma base para tolerância em meio a uma pluralidade de identidades, culturas e interesses. Este regime existe para discutir e negociar a diferença. Outra reflexão relevante é a de que cada vez mais o representante necessita do consentimento do eleitorado para tomar decisões. A democracia, portanto, pode ser encarada como forma de conter os poderes do Estado. Há nesta concepção o entendimento de que os indivíduos possam realizar suas metas com o mínimo de intervenção ou impedimento político. A autonomia dos seres obedece a essa lógica, de que as pessoas devem ter liberdade para desenvolver suas potencialidades e concretizar objetivos individuais sem uma interferência arbitrária e coercitiva do Estado. Outro preceito democrático é a igualdade dos indivíduos no debate público. As pessoas devem ser livres e iguais, as majorias não devem se impor a outros grupos, a posição minoritária deve ser protegida pelo governo e as reivindicações de qualquer

agrupamento social devem ser consideradas pelos representantes (Held, 2006: 257-282).
A seguir serão expostos cinco tipos da democracia representativa contemporânea que
abordam esta definição de autonomia.

2.1.1 Liberal-pluralismo

Joseph Schumpeter (1961) analisa a dificuldade de aplicar de forma prática o modelo democrático. Para o autor, o conceito de bem comum não é consensual, ou seja, cada pessoa possui uma ideia diferente sobre o que é benéfico para o todo. A proposta de Schumpeter é introduzir uma ideia de “vontade do povo” mais realista do que a apresentada pelos defensores da democracia clássica (Schumpeter, 1961: 306-307).

Enquanto os clássicos atribuem à população a discussão e elaboração de políticas públicas, cabendo aos representantes a execução dessas medidas, o cientista político propõe a inversão dos papéis descritos. De acordo com Schumpeter, o povo agora forma o governo, elege representantes, que, amparados pelo voto dos eleitores, têm o poder de tomar as decisões políticas. Este poder ganha legitimidade a partir da livre concorrência entre os candidatos, que buscam apoio político oriundo do povo. O autor classifica como “irrealista” a concepção clássica por esta, segundo ele, ignorar a liderança (Schumpeter, 1961: 327-328).

“Se, pelo menos por questão de princípios, todos forem livres para concorrer à liderança política apresentando-se ao eleitorado, isto trará na maioria dos casos, embora não em todos, uma considerável margem de expressão para todos” (SCHUMPETER, 1961: 330).

O voto, então, significa a “aceitação da liderança”. O máximo que o povo pode fazer é votar, transmitir poder ao representante e confiar na gestão dele. Numa democracia, conforme Schumpeter, a administração de um governo é conferida àqueles que conquistaram maior apoio do povo em detrimento dos outros postulantes ao cargo majoritário inseridos em uma disputa livre e igualitária. Todavia, o autor pondera que nenhuma liderança é absoluta devido às articulações da oposição, por exemplo. Assim como o povo institui o governo, possui a prerrogativa de dissolvê-lo, retirar o líder de seu posto (Schumpeter, 1961: 331-332).

O economista argumenta que o objetivo principal dos partidos políticos envolve a obtenção ou a manutenção do poder. A legenda deve, portanto, “derrotar os demais [partidos] e assumir ou conservar o poder” (SCHUMPETER, 1961: 339).

Como a intenção de Schumpeter é desenvolver um modelo democrático realista, o cientista político admite que o eleitorado não elege com “independência” seus representantes, além do que a iniciativa de formar o governo é criada “artificialmente”. Isso ocorre porque a população aceita ou rejeita candidaturas pré-estabelecidas, nem sempre os eleitores podem transferir, “recrutar” para a esfera política um líder que esteja fora deste cenário e atue somente no meio social, mesmo que ele tenha apoio popular. O economista argumenta ainda que o partido político não pode ser definido pela concepção clássica, em que a sigla visa promover o bem estar público. Ele reitera que a finalidade de atuação dos partidos é a busca pelo poder. A disputa das legendas para exercer influência política precisa se dar em condições iguais de competição (Schumpeter, 1961: 343-344).

O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível aos diversos partidos adotar exatamente, ou quase exatamente, os mesmos programas. E isso acontece, como todos sabem. Partido e máquina eleitoral constituem simplesmente a reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o estouro da boiada (SCHUMPETER, 1961: 344).

Outro adepto da corrente liberal-pluralista é Robert Dahl (2015), cuja versão de democracia realista recebe o nome de poliarquia. Segundo Dahl, nenhum sistema é totalmente democratizado, ou seja, cada regime correspondente a um país possui um grau de democratização. Um regime precisa ser popularizado, liberalizado, inclusivo e aberto à contestação pública para ser chamado de poliarquia. O modelo é atingido após três estágios de governo, em que o povo alcança a participação política gradativamente. Este nível de atuação da população na coisa pública pode ser nulo (hegemonias fechadas), baixo (oligarquias competitivas e hegemonias inclusivas), intermediário para alto (poliarquia/ poliarquia plena), mas nunca atingirá o ápice (democracia). Conforme esta escala, o sistema só é considerado democrático a partir da poliarquia. Isso ocorre porque os níveis nulo e baixo não contém os quatro elementos necessários para formação de um contexto igualitário e liberal (Dahl, 2015: 30-31).

Dahl ressalta a competição entre governo e oposição como um aspecto relevante da democratização. Para o cientista político, a definição de democracia é “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais” (DAHL, 2015: 25). Como dito anteriormente, a contestação pública é um dos

elementos basilares da poliarquia. Logo, o governo, que toma as decisões políticas, tem a obrigação de dar uma resposta ao povo, solucionando as questões reivindicadas por este.

O teórico elaborou oito critérios para comparar regimes distintos por meio da amplitude da oposição, contestação pública (direito à participação) e competição política. As condições são: (1) liberdade de formar e aderir a organizações, (2) liberdade de expressão (liberdade de imprensa), (3) direito de voto, (4) elegibilidade para cargos públicos, (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos, (6) fontes alternativas de informação, (7) eleições livres e idôneas e (8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (Dahl, 2015: 27-28).

Para começar, existem as liberdades liberais clássicas que são um parte da definição de contestação pública e de participação: oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc (DAHL, 2015: 41).

Dahl explica que a composição do governo, da liderança é alterada quando a participação política dos cidadãos aumenta, juntamente com o acirramento da competição política, principalmente em situações de eleições em que a população escolhe seus representantes. Apesar de ponderar que o parlamento não reflete todas as camadas sociais, o autor afirma que o sufrágio cada vez mais universalizado combinado a um sistema competitivo gera um Congresso mais representativo em termos estatísticos. A ampliação do direito do voto a grupos que antes não participavam da política força os candidatos a reavaliar o discurso e as prioridades da campanha. A ideologia partidária deve, então, se adequar às necessidades do novo eleitorado para que a legenda siga com chances consideráveis na disputa por cargos eletivos (Dahl, 2015: 43-44).

A ascensão de partidos socialistas e trabalhistas na Europa Ocidental está intimamente ligada à concessão do sufrágio às camadas trabalhadoras urbanas e rurais (DAHL, 2015: 44).

Dahl alega que um regime de apenas um partido transformado em poliarquia (dois ou mais siglas) obriga as legendas a se modernizarem. Um eleitorado maior e diversificado faz dos “arranjos tradicionais” estratégias ultrapassadas. Regiões e populações antes não abordadas pelos políticos são cobiçadas com a expansão do sufrágio. Essa competição por seguidores eleva a politização dos eleitores (Dahl, 2015: 45).

A crítica a essa corrente considera que nem todos os cidadãos recebem as mesmas oportunidades para que compitam de maneira igualitária.

A vertente liberal-pluralista se desprende tanto do mundo real que não percebe as barreiras que impedem que muitos cidadãos exerçam seus direitos na liberdade e na igualdade. Admitindo-se que o “cidadão livre e igual” cujos direitos devem ser protegidos é, na maior parte das vezes, homem, adulto, branco e proprietário, é possível observar que existem várias distorções nas condições gerais de vigência desta realidade. Afinal, garantir os direitos democráticos para somente um estrato tão específico da sociedade não corresponde à soberania popular. Outro grande problema das premissas da corrente liberal-pluralista é visão da democracia como um mecanismo de agregação de preferências individuais pré-estabelecidas, o que reduz o processo democrático a um simples método. A construção das preferências coletivas, tão destacada pelos teóricos deliberacionistas, é deixada de lado, esvaziando a política e colocando a esfera pública como secundária à esfera privada (MARQUES, 2007: 26-27).

O editorial da *Folha de S. Paulo* “Convivência democrática”, de 25/12/1989, elucida o conceito de liberal-pluralismo ao reiterar a prerrogativa do voto conquistada pelo cidadão.

Entender as eleições presidenciais como o encerramento e a culminação de uma etapa na história política brasileira tem sido, como é natural, a reação mais frequente por parte de todos que, ao longo de tantos anos de expectativas frustradas e de sucessivas delongas na plena reconquista da soberania popular, acostumaram-se a encarar a escolha do presidente pelo voto direto como o momento da passagem definitiva do país para uma fase de plenitude democrática (Acervo Folha, editorial Convivência democrática).

O texto salienta ainda a “oposição ideológica entre perdedores e vencedores” e o “clima de reconhecimento mútuo e de delimitação clara de visões que o jogo político se desenvolve” (Acervo Folha, editorial Convivência democrática).

2.1.2 Democracia deliberativa

A democracia deliberativa promove o debate dos indivíduos em espaços públicos com o objetivo de atingir o consenso em relação a problemas da sociedade. A tomada de decisão é derivada da deliberação dos cidadãos em assembleias. Esta vertente não condiz com o conceito liberal de agregação de preferências individuais fixas, pois, para os deliberacionistas, o indivíduo forma sua opinião durante o processo de discussão de uma política pública. O diálogo funciona como um motor na formação da vontade da população. A vontade do povo não está pré-estabelecida, mas sim em “contínua reconstrução por meio do processo argumentativo”. A participação popular, portanto, não está restrita a períodos eleitorais como no liberal-pluralismo. As discussões estabelecidas nos fóruns de debate tratam de assuntos da esfera social e política. No caso da última, os cidadãos podem deliberar sobre projetos já aprovados pelos congressistas, além de tentar influenciar de maneira informal as propostas dos representantes, exigindo mudanças no cenário social de acordo com as necessidades da população (Marques, 2007: 27).

Para os deliberacionistas, a discussão é compreendida como um processo de comunicação em espaços públicos no qual a vontade dos cidadãos é constituída. O conceito de esfera pública habermasiano significa um espaço para a interação entre os indivíduos diferenciado do Estado, em que se podem debater decisões tomadas pela autoridade política, o conteúdo moral das diferentes relações sociais e, além disso, apresentar demandas em relação ao Estado. A interação face-a-face no espaço público pressupõe o uso público da razão, que se diferencia da concepção liberal de preferências baseadas em interesses particularistas, com as quais se busca poder para dominar os outros indivíduos. Ela envolve, ao contrário, uma noção conjunta de participação política e argumentação pública (MARQUES, 2007: 27).

Na intenção de atingir o consenso sobre determinada questão, os cidadãos precisam conviver em meio a diferentes origens culturais, concepções morais e religiosas. Todo indivíduo possui o direito de ser ouvido quando leva para o círculo de discussão argumentos racionais, que irão contribuir para o enriquecimento do diálogo, sem haver qualquer tipo de represália. A soberania popular só será alcançada quando todas as pessoas tiverem as mesmas condições de participação dentro do debate público. A

garantia da autonomia do indivíduo, mesmo este inserido num contexto social, é uma premissa básica para a justiça da deliberação. Não é suficiente afirmar que a vontade da maioria deva ser sanada, porque apenas com a conversa, em que membros da minoria vão expor suas reivindicações, o consenso será atingido. Jürgen Habermas (2012), o maior expoente desta corrente, ressalta que um governo legítimo transita entre duas esferas. O espaço institucional (parlamento, Judiciário, partidos políticos) é onde o propósito democrático é consolidado, enquanto o espaço extra-institucional forma a opinião pública e influencia informalmente a primeira esfera (Marques, 2007: 28-29).

Habermas explica que a soberania do povo se efetiva a partir da institucionalização da formação discursiva da opinião e da vontade. Tanto a autonomia privada quanto a pública estão atreladas à teoria do discurso, à liberdade comunicativa. Nas assembleias populares, os cidadãos têm o poder de serem autores do direito, principalmente de questões ligadas à moralidade, há, então uma autolegislação dos civis (Habermas, 2012: 139-157).

O visado nexos internos entre soberania do povo e direitos humanos reside no conteúdo normativo de um modo de exercício da autonomia política, que é assegurado através da formação discursiva da opinião e da vontade, não através da forma das leis gerais (...) Se a vontade racional só pode formar-se no sujeito singular, então a autonomia moral dos sujeitos singulares deve passar através da autonomia política da vontade unida de todos, a fim de garantir antecipadamente, por meio do direito natural, a autonomia privada de cada um. Se a vontade racional só pode formar-se no sujeito superdimensionado de um povo ou de uma nação, então a autonomia política deve ser entendida como a realização autoconsciente da essência ética de uma comunidade concreta; e a autonomia privada só é protegida contra o poder subjugador da autonomia política através da forma não-discriminadora de leis gerais. Ambas as concepções passam ao largo da força de legitimação de uma formação discursiva da opinião e da vontade, na qual são utilizadas as forças ilocucionárias do uso da linguagem orientada pelo entendimento, a fim de aproximar razão e vontade- e para chegar a convicções nas quais todos os sujeitos singulares podem concordar entre si sem coerção (HABERMAS, 2012: 137-138)

As críticas à vertente ocorrem pela fragilidade de implementação do modelo em sociedades muito populosas, devido à dificuldade de organizar uma estrutura que

abrigue todos os cidadãos. Para que o indivíduo participe do debate público, ele precisa ter recursos econômicos que hoje são distribuídos desigualmente entre a população. Logo, as condições para se integrar o debate não podem ser consideradas igualitárias. Outro empecilho à aplicação do modelo seria a falta de concordância entre as partes que defendem valores divergentes, algo passível de acontecer mesmo após longas discussões. O risco de um discurso universal está na possibilidade de que este camufle as vantagens de um grupo sobre o outro e também os interesses pessoais dos indivíduos, que podem ser compreendidos erroneamente como ações em favor do todo (Marques, 2007: 29-31).

A dimensão ideal do pensamento deliberacionista também sofre constrangimentos espaciais e temporais das sociedades contemporâneas, pois o seu modelo de deliberação face-a-face é praticamente impossível de se implementar em sociedades imensas (...). O elevado grau de abstração habermasiano também esbarra no essencial princípio de igualdade entre os participantes da discussão para a deliberação argumentativa, visto que o acesso a esta participação é determinado pela posse de competências específicas que são distribuídas desigualmente. Assim, não é possível chegar à situação de fala ideal. Esta construção teórica é irrealista, porque exclui da deliberação características sociais impossíveis de se retirar em um processo social, como o reconhecimento social e o acesso a recursos econômicos, anteriores à deliberação (MARQUES, 2007: 30).

O editorial “Casuísmo explícito”, de 09/01/1997, exemplifica os valores da democracia deliberativa. O texto discute a reeleição para cargos do Executivo, proposta por uma emenda constitucional aprovada em 1997, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O editorial propõe a criação de fóruns de debate para que a população possa deliberar sobre a mudança na Constituição.

A ausência de debates (...) visando benefícios meramente eleitorais torna cada vez mais indispensável que o assunto venha a ser examinado em fóruns amplos e, em seguida, apreciado em plebiscito nacional (Acervo Folha, editorial Casuísmo explícito).

2.1.3 Republicanismo cívico

Diferente da democracia deliberativa, em que a política é tida como uma forma de se chegar ao consenso, e do liberal-pluralismo, que valoriza a esfera privada, no republicanismo cívico o exercício da política é intrínseco à vida e ao cotidiano do indivíduo. As cidades gregas e romanas, onde os cidadãos atuavam diretamente na política, são exemplos práticos que o republicanismo resgata. Os interesses da sociedade devem se sobressair aos individuais. O governo, então, precisa priorizar o “benefício da coletividade” ao invés de somente lutar pela manutenção do poder. Rousseau inaugura o termo “associação” para definir a vontade geral a partir de uma identidade coletiva. A expressão é criada para contrapor a ideia de “agregação” dos contratualistas liberais, que implica em uma soma das vontades individuais. A vontade geral, não é, portanto, o desejo da maioria ou o resultado de um debate público, mas a vontade do todo social gerada no instante da associação (Miguel, 2005: 19-20).

O republicanismo pode ser definido como “cidadania ativa” e “autogoverno”, a participação do povo atinge um alto grau na administração pública. “O ideal que rege este conjunto de ideias é a liberdade cívica de um povo independente, com a autoridade soberana da comunidade. Os governantes são encarados como meros oficiais eleitos” (MARQUES, 2007: 32).

O modelo ideal desta vertente considera que os cidadãos devem possuir as mesmas condições políticas e econômicas para evitar que um indivíduo domine o outro. Rousseau não compartilha com a divisão entre povo e governo, pois, segundo o francês, a soberania emana do povo e deve permanecer com ele. Para o autor, a função do Legislativo seria a de criar leis em parceria com a população enquanto o Executivo concretizaria as regras concebidas pelo povo. O republicanismo cívico determina que as pessoas participem de todo o processo de tomada de decisão. O voto é insuficiente. O povo deve estar presente da concepção de uma política pública a realização desta. A abordagem republicanista se difere da deliberativa neste sentido, porque a primeira permite que o cidadão seja ativo no processo de tomada de decisão e participe diretamente na elaboração das leis, já na segunda corrente o indivíduo influencia na política, mas de maneira informal (MARQUES, 2007: 34).

Também se pressupõe uma divisão entre Legislativo e Executivo. Ao primeiro, caberia a criação das leis, e o povo, ou corpo de cidadãos, deveria participar diretamente nos encontros públicos para constituir-lo. O Executivo, no entanto, seria dirigido por um governo estabelecido com magistrados e administradores e deveria executar as leis criadas pelo povo soberano, sendo escolhido por sorteio ou eleição direta (MARQUES, 2007: 34-35).

Os republicanistas assumem que a liberdade está atrelada à ação social, ao dever cívico de fazer política. De acordo com os teóricos, a libertação é derivada do bem comum, da solidariedade, do esforço do cidadão de agir em prol do todo. Os liberais, em contrapartida, significam a liberdade a partir da ação individual autônoma e independente (MARQUES, 2007: 35-36).

Protective republicans hold, it has been shown, that political participation is a necessary condition of liberty; a self-governing republic requires involvement in the political process. Moreover, freedom is marked by the ability to participate in the public sphere, by the subordination of egoistic concerns to the public good, and by the subsequent opportunity this creates for the expansion of welfare, individual and collective (HELD, 2006: 43)

Durante a análise dos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, apenas um texto se adequou aos princípios do republicanismo cívico. O artigo intitulado “Como não fazer nada”, datado de 18/05/1994, descreve uma situação em que a população atuaria ativamente na elaboração das propostas do Legislativo.

Nesse sentido, como não há razões objetivas para acreditar que os parlamentares mudem da noite para o dia ou que o próximo Congresso venha a ser substancialmente diferente deste que aí está, o mais conveniente será convocar uma assembleia de cidadãos- proibidos de participar de eleições normais por um determinado período- para, exclusivamente, modificar a Constituição. Neste caso, interesses pessoais pesariam menos e o país teria melhores chances de enfim encontrar o seu caminho (Acervo Folha, editorial Como não fazer nada).

Outro exemplo, desta vez prático, desta corrente é o Orçamento Participativo. Algumas prefeituras do país autorizam a participação direta da população na decisão final tomada

pelo governo. O cidadão detém o poder de escolher para quais áreas os recursos financeiros da prefeitura serão destinados, se irão para saúde ou para determinada obra de infraestrutura, por exemplo.

O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas (Portal Prefeitura de Porto Alegre).

2.1.4 Democracia participativa

A corrente participativa visa instituir a democracia direta em diversos tipos de organizações e aumentar a atuação do cidadão no meio político. Carole Pateman (1992) vê na democracia participativa a chance de aproximar o povo da política, através de um processo educativo que diminua o estranhamento dos indivíduos em relação à estrutura dos centros de poder. O objetivo da participação é "quebrar a apatia" e fazer com que a política esteja mais presente no cotidiano das pessoas (Marques, 2007: 39-40).

A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou "treinamento social", precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas (PATEMAN: 1992: 60-61).

Esta vertente se opõe a liberal-pluralista, pois pretende ampliar a atuação política do cidadão, cuja tarefa deve ir além do voto. As pessoas costumam estar mais suscetíveis a questões próximas a elas, por isso, a proposta da democracia participativa é a de democratizar a esfera pessoal ao implementar mecanismos de tomada de decisão no ambiente de trabalho e no âmbito da comunidade, ou seja, em áreas alternativas aos poderes institucionalizados (Marques, 2007: 40).

Conforme Pateman, a maioria dos indivíduos passa um longo período do dia no trabalho, local que proporciona ao cidadão noções de administração de assuntos

coletivos. Enquanto exerce a atividade profissional, o trabalhador recebe uma educação referente à organização de grupos, à atuação do ser dentro de um coletivo. Então, é lógico transformar a esfera do trabalho em uma esfera de atuação política, para que os empregados participem da tomada de decisões que influenciam seu cotidiano, assumindo, assim, o máximo de controle sobre suas vidas. Estender a participação para o ambiente de trabalho faz com que o cidadão vivencie diariamente a política, aspecto que irá aprimorar o senso crítico do eleitor no momento em que ele for escolher seus representantes. A autora reitera que uma participação igualitária deriva de condições econômicas iguais entre os indivíduos. Ela propõe a democratização das estruturas de autoridade da indústria, com o objetivo de assegurar a independência de cada um. A hierarquia advinda do ambiente de trabalho impede uma participação igual entre administradores e funcionários (Pateman, 1992: 61).

O segundo ponto importante é que a oportunidade de participar nas áreas alternativas significaria que uma parcela da realidade teria mudado, a saber, o contexto dentro do qual ocorria toda a atividade política. O argumento da teoria da democracia participativa é que a participação nas áreas alternativas capacitaria o indivíduo a avaliar melhor a conexão entre as esferas pública e privada. O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que estejam próximas de onde mora, mas a existência de uma sociedade participativa significa que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua própria vida e sobre o meio que o cerca. No contexto de uma sociedade participativa o significado de voto para o indivíduo se modificaria: além de ser um indivíduo determinado, ele disporia de múltiplas oportunidades para se educar como cidadão público (PATEMAN, 1992: 146).

Os participacionistas reconhecem a influência do capitalismo na democracia e como a desigualdade material gera desigualdade política. A teoria feminista se conecta à participativa. "A hierarquia e a subordinação no trabalho limitam o desenvolvimento igualitário como cidadãos. Isto também ocorre na esfera familiar" (MARQUES, 2007: 41). Os preceitos democráticos devem estar presentes dentro e fora da esfera doméstica. O desempenho de homens e mulheres na vida pública depende do contexto que eles

vivem em casa. Responsabilidades domésticas podem ser mais democráticas desde que divididas de maneira igualitária (Marques, 2007: 41).

Os teóricos da democracia participativa não anteciparam que talvez nem todos os cidadãos queiram aumentar seu nível de participação nas instituições públicas e privadas. Além disso, a intensificação da participação de alguns grupos pode ser danosa à sociedade, caso esses trabalhem em favor próprio e em detrimento do bem comum.

As falhas da vertente participacionista residem na crença em uma “política visionária”, na qual é possível combinar elementos de democracia liberal e direta, assumindo-se previamente que todas as pessoas estarão dispostas para participar. Presume-se que as pessoas quererão aumentar o controle de suas vidas, o que não pode ser comprovado. Além disso, também se presume que o poder democrático somente será utilizado para seu autofortalecimento, mas não se sabe se ele não será eventualmente usado para fins não-democráticos. É possível afirmar que a participação gera mais participação, mas não se pode dizer que esta participação será benéfica, dentro das premissas da democracia participativa (MARQUES, 2007: 41).

O editorial “Progresso político”, publicado em 22/07/1989, apresenta uma conjuntura de democracia participativa. O texto descreve um debate televisivo de postulantes ao cargo de presidente da República. O debate em questão foi dedicado exclusivamente à questões femininas, de como garantir maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública. O jornal achou louvável a escolha do tema debatido e classificou como um “avanço” a apreciação de candidatos favoráveis a criação de um plebiscito que discutisse o aborto. "Houve considerável avanço no fato de muitos terem se pronunciado a favor de um plebiscito, que pudesse finalmente levar a um posicionamento de toda a sociedade" (Acervo Folha, editorial Progresso Político).

O editorial da Folha de São Paulo “Democracia Direta”, cuja data é 26/12/1998, também faz alusão a um cenário semelhante ao proposto pela corrente participativa.

Foi sancionada recentemente uma lei que regulamenta o recurso a plebiscitos e a referendos, além do direito da população de apresentar leis diretamente ao Congresso Nacional (...) Cabe reconhecer porém que a lei suscita algumas dúvidas. O texto não estipula de modo claro se as decisões de um plebiscito virão a obrigar o Legislativo. Isto é, se o resultado da votação plebiscitária é simples consulta ou é ato deliberativo (Acervo Folha, Editorial Democracia Direta).

O plebiscito consiste na convocação do povo antes de um projeto legislativo ser aprovado. O referendo, em contrapartida, requer o posicionamento dos cidadãos após a resolução de uma proposta, com a decisão já tomada. A Lei de Soberania Popular permite que a sociedade apresente propostas ao parlamento. O projeto de lei de iniciativa popular deve conter assinaturas de pelo menos 1% dos eleitores, o que corresponde a 1,5 milhão de brasileiros. Esses precisam ser residentes de, no mínimo, cinco estados do país.

É importante lembrar que quando uma proposta é recomendada ao Legislativo, mesmo que pela população, o texto tramita em comissões da Câmara e do Senado, podendo ser alterado pelos parlamentares. Além disso, a decisão final sobre a aprovação ou rejeição do projeto que pode virar lei está nas mãos dos deputados e senadores, e não da população. O texto "Democracia Direta" se encaixa na categoria participativa porque o cidadão sugere uma proposição que será definida pelos políticos. Se os civis integrassem a decisão final sobre o projeto, o tipo de democracia aqui seria o republicanismo cívico, exemplificado acima. Mas, neste caso, a Lei de Soberania Popular, assim como o plebiscito e o referendo, não explicita a participação integral do povo, apenas libera os indivíduos para agendarem a pauta da discussão política, apresentarem ideias que serão consolidadas dentro das instituições e não em espaços de debate público.

2.1.5 Multiculturalismo

Iris Marion Young (2000) observa que membros de grupos marginalizados da sociedade, que são desfavorecidos financeiramente, são sub-representados na política. Para a autora, a desigualdade social e a econômica produzem um desequilíbrio na representação política, logo, os mais pobres, por exemplo, não têm influência no debate público e na tomada de decisões. Os interesses da classe trabalhadora não são apresentados ou defendidos como os dos ricos e da classe média. Na maioria dos sistemas as mulheres ocupam uma parcela pequena dos cargos eletivos. E esta máxima serve para todos os grupos excluídos da administração pública, minorias culturais, religiosas e raciais. A democracia vigente, segundo Young, tende a reproduzir a desigualdade social. A inclusão das camadas marginalizadas no exercício da política é a solução para reduzir essa assimetria na esfera social (Young, 2000: 141-143).

O caminho para a inclusão envolve o aumento da participação de instituições que lutam pelos direitos de comunidades excluídas, além de técnicas como cotas no parlamento que reservem vagas para representantes das minorias. Na tentativa de ampliar a participação de determinadas comunidades no cenário político dois erros podem ocorrer. O primeiro, reduzir o grupo a um estereótipo físico ou a uma experiência ou opinião, deixando de lado os conflitos e fragmentações internas deste ajuntamento. O segundo equívoco, que pode ser interpretado como um paradoxo, diz respeito à divisão extrema das classes, criando vários grupos e dificultando o entendimento e a cooperação entre eles (Young, 2000: 141-143).

É importante reiterar que a atividade de uma pessoa inserida em um movimento de larga escala pode ser interpretada individualmente. Os sistemas agregam indivíduos de acordo com princípios, que nem sempre são inocentes ou neutros. Uma forma de resolver essa distância entre os preceitos pessoais e os coletivos é estabelecer uma comunicação frequente entre representantes e representados. O grupo deve debater entre si as diferenças de seus integrantes. “Members of the constituency are better represented when they organize together to discuss their agreements and differences with each other and with officials” (YOUNG, 2000: 143).

Quando um grupo possui um histórico social de exclusão do processo de tomada de decisão, os membros dessas associações tendem a se afastarem da política e do processo que a cerca. Os marginalizados são apáticos às questões concernentes ao poder e muitos se recusam a se unir aos demais desfavorecidos para estabelecer um engajamento político. Grupos dominantes ditam a agenda, ou seja, as pautas que serão discutidas no espaço público, quais problemas serão resolvidos e as necessidades que serão sanadas. O enquadramento proposto pela elite sobre um assunto geralmente é adotado como o correto. Na verdade, este foco da questão é apenas um de muitos. Uma representação desproporcional do eleitorado gera a seguinte inconsistência, as prioridades da classe predominante assumem um caráter neutro e universal, como se esta agenda falasse por todos. A camada mais influente impõe objetivos aos grupos marginalizados, fato que perpetua a injustiça social (Young, 2000: 144-145).

Young descreve em sua teoria da diferença um modelo em que cada minoria marginalizada recebe um “tratamento diferenciado”. Os integrantes de grupos possuem experiências e histórias diferentes que podem ser compartilhadas através de uma comunicação plural, chave para a resolução de conflitos (Marques, 2007: 47).

Em sua obra, Young comenta a perspectiva do teórico Will Kymlicka, que expõe o autogoverno de alguns grupos, chamados de nações. Em sociedades multiculturais, os indígenas, por exemplo, têm o direito ao autogoverno. Todavia, essas minorias ainda estão incorporadas ao contexto de país, onde a política não reflete a diversidade da comunidade, um lugar onde os governantes que representam os indígenas ou outro fragmento social não conhecem a percepção de mundo desses povos (Young, 2000: 144-145).

Kymlicka trabalha especialmente com a diversidade étnica, defendendo os “direitos linguísticos, a autonomia regional, a representação política, o currículo educacional e até mesmo os símbolos nacionais” das diferentes comunidades inseridas num mesmo país. Ele encara o multiculturalismo como a “busca por uma variedade de políticas para as minorias culturais”, cuja função é a de diminuir a “vulnerabilidade da minoria contra as decisões da maioria”. O autor salienta que os direitos das minorias devem ser resguardados para que nenhum grupo explore outro política e economicamente. Kymlicka acrescenta que todos os movimentos sociais em desvantagem, que são excluídos e marginalizados, devem ser englobados à causa e responder às prerrogativas

da minoria. Exemplos deste caso são as mulheres e os homossexuais. “Seu objetivo é apenas garantir a vida das minorias em sua própria cultura, como membros da maioria” (MARQUES, 2007: 44-46).

Segundo Young, injustiça corresponde à dominação e opressão. A dominação consiste no impedimento da participação de algumas pessoas em processos institucionais que deliberam sobre suas ações ou condições de agir. A opressão se dá através de sistemas institucionalizados que proíbem algumas pessoas de aprenderem ou se aperfeiçoarem em suas habilidades, além de impedir que grupos se expressem ou se comuniquem sobre seus sentimentos e percepções da sociedade. A opressão nega o autodesenvolvimento (Young, 2000: 156).

Activities of self-organization in civil society are the primary practical means for breaking through the silencing Lyotard calls the differend, which I discussed in Chapter 1. When a group's suffering or grievance cannot be expressed, or cannot fully be expressed, in hegemonic discourses, associational activity can support the development among those silenced new ways of seeing social relationships or labelling situations as wrong. In these self-organizing activities disadvantaged or marginalized sectors and groups sometimes articulate affirmative self-conceptions in response to denigrating or devaluing positionings from the wider society. In Chapter 3 I suggested that this is one useful meaning for the label 'identity politics' to describe social movements reflecting on their socially differentiated positions. Through literature, theatre, song, visual art, social networking and exchange about civic projects, and critical analysis, relatively silenced social sectors envision and articulate new experiences and social perspectives. Associational life thus serves as a basis of social solidarity, cultural support, or resistance to domination and oppression (YOUNG, 2000: 166).

Nancy Fraser (1997) argumenta que para se atingir a soberania popular dois elementos que impedem a participação democrática precisam ser eliminados, a desigualdade social e o não reconhecimento dos diferentes grupos. A democracia, na visão de Fraser, só se instaura por meio de uma redistribuição econômica e da identificação do multiculturalismo. A falta da constatação dos inúmeros agrupamentos sociais é tida como um problema social, quando, na verdade, está atrelada a economia, a injustiças na distribuição de recursos financeiros (Fraser, 1997: 173-174).

Para atingir um tipo justo de democracia “seria necessário desconstruir identidades, ao mesmo tempo em que se mudaria a estrutura social (através de medidas socialistas)” (Marques, 2007: 47).

Radical democrats will never succeed in untying the Gordian knots of identity and difference until we leave the terrain of identity politics. This means resituating cultural politics in relation to social politics and linking demands for recognition with demands for redistribution (FRASER, 1997: 174).

O editorial intitulado “Aborto e homossexuais”, de 03/12/1997, discorre sobre dois projetos da Câmara dos Deputados. Uma proposta regulamentava a realização de abortos legais em hospitais públicos e a outra reconhecia a parceria civil entre homossexuais.

Sobre tais assuntos é provável que jamais haja consenso. É, portanto, um erro- aliás frequente- tratar o aborto ou o direito dos homossexuais de maneira “científica”, como se estivesse em jogo uma suposta ordem natural das coisas, a qual deveria ser seguida pelos homens. São fundamentais por isso a tolerância e o respeito democrático aos pontos de vista divergentes. É com esse ânimo de defesa intransigente da pluralidade de opiniões, o qual, infelizmente, não tem sido predominante no debate público, que esta Folha vem se posicionando favoravelmente aos projetos, por considerar que irão contribuir para tornar o país um pouco menos injusto (Acervo Folha, editorial Aborto e homossexuais).

2.1.6 Breve revisão das teorias de democracia

Liberal-pluralista

A **democracia neste modelo é concorrencial**. Cada indivíduo possui uma concepção de bem comum. O máximo que o povo pode fazer é **votar**, o processo democrático significa competição pela liderança por meio do apoio popular (eleição). O povo não é decisor, ele apenas instala ou retira o governo (voto). O povo apenas vota. A política significa busca pelo poder. Diante disso, a função do governo é garantir a livre competição e a formação de grupos de representantes (coalizões). O poder é descentralizado e há liberdade de contestação pública (Marques, 2007: 19-27).

Deliberativa

A tomada de decisão é realizada por meio da **deliberação (debate) em espaços públicos**. A eleição não basta para participação dos cidadãos no processo político. O voto é insuficiente, valorização da soberania popular. A formação das preferências do povo acontece quando grupos de identidades diferentes dialogam. O debate só exerce influência sobre a política. As políticas públicas em si são validadas em espaços institucionais (Parlamento, Judiciário). O debate entre a população é essencial. As discussões servem somente para sugerir informalmente as ações do governo (Marques, 2007: 27-31).

Republicanismo cívico

É diferente da corrente deliberativa, pois **o cidadão está envolvido diretamente e formalmente no processo político**. O modelo é inspirado no cidadão de Atenas, povo independente. **Os governantes são meros oficiais que executam políticas de autoria da comunidade**. A vontade geral tem origem na conformidade atingida pelo corpo de cidadãos e não pela maioria. É condição para o modelo que a propriedade esteja difusa. O povo participa diretamente de encontros do Legislativo. O Executivo serve apenas para executar as leis criadas pelo povo. Os liberais defendem a ação do indivíduo

enquanto os republicanistas a ação do coletivo em defesa do bem comum e da solidariedade (Marques, 2007: 31-38).

Participativa

A eleição é insuficiente. A vertente contempla a **democracia direta aliada a partidos competitivos**. Os parlamentos e os partidos devem ser mais abertos à população. A intenção do modelo é diminuir o estranhamento do cidadão em relação à política, aproximar o povo do sistema político. Essa aproximação através da participação configura um processo educativo ao levar a democracia para decisões cotidianas do indivíduo e discutir propostas para efetuar mudanças na esfera doméstica e do trabalho. A democracia deve ir além do voto, pois as pessoas são mais sensíveis a questões próximas. A igualdade política não existe em meio às desigualdades materiais. A democracia participativa engloba de certa forma a teoria feminista, uma vez que a hierarquia e a subordinação dentro de casa impedem a igualdade entre homens e mulheres (Marques, 2007: 38-42).

Multiculturalismo

A corrente, conhecida como teoria da diferença **defende a diversidade em favor das minorias**. Há a busca de uma variedade de políticas que atenda as minorias culturais. Discute a diversidade étnica e a autonomia regional, condenando, assim, o mando de um grupo sobre o outro através do dinheiro e da política. A vertente visa diminuir a vulnerabilidade das minorias e de grupos marginalizados como mulheres e homossexuais. Todos os movimentos excluídos da sociedade ou em desvantagem são considerados e devem ser beneficiados com os direitos das minorias. O objetivo do multiculturalismo é garantir a vida da minoria em sua própria cultura como maioria. Conforme a teoria, justiça significa eliminar a opressão e a dominação (Marques, 2007: 42-48).

2.2 CONTEXTO BRASILEIRO

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) se inicia após a deposição do então presidente João Goulart. O general Castello Branco assume a presidência da República e cassa os direitos políticos de milhares de oficiais, soldados e deputados. O movimento sindical e a oposição política são reprimidos. Apesar de serem derrotados em cidades importantes durante as eleições estaduais de 1965, os militares, em resposta, impõe dois Atos Institucionais (AI), os quais extinguiram os partidos e as eleições para presidente, governador e prefeito de capitais (Del Priore e Venancio, 2010: 271-278).

Somente entre 1978 e 1979 acontece a abertura política, em que se revoga o AI-5, ato em que mais houve violação dos direitos civis, e, em contrapartida uma série de prerrogativas foram dadas ao presidente. A censura é suspensa e os presos políticos recebem anistia. Todavia, Geisel é sucedido por outro militar, o general João Figueiredo. A Arena, partido que deu base para a atuação militar após o golpe de 1964, se transforma em PDS, enquanto a oposição se fragmenta em várias siglas como PMDB, PP e PT (Del Priore e Venancio, 2010: 286).

A grave recessão econômica, causa do aumento do número de pobres, é um dos principais motivos que leva a população a intensificar sua mobilização. “Entre 1977 e 1983, o número de pessoas vivendo com rendimentos inferiores a um dólar por dia aumenta de 17 milhões para 30 milhões” (DEL PRIORE e VENANCIO, 2010: 287).

A oposição, então, se fortalece e organiza um movimento em defesa das eleições diretas para presidente da República, as Diretas-Já. No regime militar, o pleito era controlado pelas forças armadas com intermédio do Congresso. A reivindicação da frente oposicionista era a de que a população pudesse escolher seu representante que iria ocupar a cadeira do Palácio do Planalto. A emenda que estabelecia eleição direta para presidente não é votada no Congresso por falta de quórum. Apesar disso, o apoio massivo da população a causa gera um efeito prático, recuo de áreas mais radicais do Exército. Mais uma eleição indireta é sistematizada. A chapa formada por Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PFL-criado a partir do PDS) vence a composta por Paulo Maluf (PDS) e Flávio Marcílio (PDS). Tancredo morre antes de ser empossado e seu vice e ex-arenista, Sarney, assume a presidência. O governo de Sarney é marcado por

diversos casos de corrupção e barganha política com um grupo de parlamentares apelidado de “centrão”. Um exemplo da última seria o apoio desses congressistas a propostas sustentadas pelo Executivo em troca de favorecimentos como cargos públicos e concessões de rádio e TV (Del Priore e Venancio, 2010: 288-289).

Ainda no governo Sarney o ponto de partida de análise deste trabalho é desenhado, a Constituinte de 1988. A função da Assembleia Nacional Constituinte, liderada pelo presidente da Câmara à época, deputado Ulysses Guimarães (PMDB), era a de elaborar uma Constituição mais compatível com os ideais democráticos. A comissão, instalada na Casa em fevereiro de 1987, teve os trabalhos concluídos em setembro de 1988, quando o texto foi aprovado pelo parlamento. A Constituição de 1988 foi promulgada, ou seja, passou a valer, em 5 de outubro daquele ano. De acordo com o portal da Câmara, os constituintes (487 deputados e 72 senadores) fizeram 19.089 intervenções verbais; o que incluiu discursos, leitura de pareceres, questões de ordem; durante o processo de formulação do texto (Portal da Câmara).

Entre os pronunciamentos, destaque para o de Ulysses Guimarães ao oficializar a promulgação da Constituição. Ele disse que o texto “mudou na definição dos poderes, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa” (Portal da Câmara).

Na fala, o presidente da Câmara atribui aos cidadãos os adjetivos “poderosos” e “vigilantes agentes da fiscalização”. O deputado acusa o abuso de poder, ressalta a ação popular, “que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público”, e reitera o direito do povo de contestar decisões tomadas pelos representantes, instituindo a “fiscalização das contas dos Municípios por parte do contribuinte; que pode peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às comissões das Casas do Congresso Nacional” (Portal da Câmara).

Durante o mandato do presidente José Sarney, a imprensa, registrou numerosos casos de corrupção e nepotismo. Apesar de tudo, o novo período é marcado por avanços democráticos significativos. O mais importante deles é a convocação de uma Constituinte, reunida em 1988 e destinada a pôr abaixo o que então se denomina entulho autoritário do regime militar- ou seja, a legislação antidemocrática. Também nesse período, pela primeira vez, é facultado aos analfabetos e aos maiores de 16 anos o direito de voto. A

participação eleitoral, dessa maneira, amplia-se. Para se ter uma noção, basta dizer que, na Primeira República (1889-1930), em média, apenas 2,5% da população brasileira tinha direito a voto; em 1945, esse percentual aumenta para 16%; em 1986, a cifra cresce extraordinariamente: 51% da população pode se expressar nas urnas. O Brasil, enfim, conhece uma democracia de massa (Del Priore e Venancio, 2010: 289).

É chegado o momento em que os brasileiros conquistam o direito ao voto. As eleições diretas de 1989 contam com os seguintes candidatos à presidência: Fernando Collor de Mello (PRN), Ulysses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves (PFL), Mário Covas (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Paulo Maluf (PDS) e Leonel Brizola (PDT). A vitória de Collor, que parecia improvável devido à fraca expressão de sua coligação partidária, foi motivada pelo receio do eleitorado e do meio político de que um candidato de esquerda (Lula ou Brizola) vencesse as eleições. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, projetaram Collor, que recebeu suporte das camadas mais pobres do país, além de contar com o apoio das grandes legendas no segundo turno, que promoviam um discurso anticomunista. O governo de apenas dois anos do alagoano se encerra com o impeachment. O plano econômico implantado por ele estabeleceu o congelamento dos ativos financeiros da população, inclusive das cadernetas de poupança, criando um clima de desconfiança em relação às políticas para conter a inflação. Os escândalos de corrupção que envolviam o nome do presidente aliados a crise econômica aniquilaram o apoio do Congresso a Collor. Jovens ligados a União Nacional dos Estudantes (UNE) ficaram conhecidos como “caras-pintadas” ao reivindicarem por meio de protestos nas ruas a saída do político (Del Priore e Venancio, 2010: 290-291).

Itamar Franco, eleito vice de Collor, assume a presidência. Na gestão de Itamar, o Plano Real é concebido. Nesta época, Fernando Henrique Cardoso era ministro da Fazenda. A propaganda da eficácia do Plano Real suscitou a vitória de FHC (PSDB) nas eleições presidenciais de 1994. O tucano foi eleito novamente graças à aprovação pelo Congresso do dispositivo da reeleição (Del Priore e Venancio, 2010: 291).

Durante oito anos de mandato são implementadas medidas econômicas voltadas à internacionalização da economia, privatização de empresas estatais, desregulamentação de mercados e controle dos gastos públicos. Incentivos de várias naturezas são postos em prática para atrair os investimentos do capital estrangeiro, de longo e curto prazos, ao mesmo

tempo em que, para se manter a estabilidade econômica, o país entra em uma nova espiral de endividamento externo e desemprego crônico. Definida genericamente como neoliberal, tal política gerou controvérsias e ácidas críticas. Porém, ao contrário do passado, o sistema político de democracia de massa permite que o modelo de desenvolvimento do Brasil seja, de quatro em quatro anos, avaliado pela maioria da população (DEL PRIORE e VENANCIO, 2010: 292).

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se torna presidente em 2003, contradizendo a política econômica, e, sobretudo social do governo anterior, que possuía a tendência neoliberal. A eleição de Lula pode ser classificada como a “ascensão da geração revolucionária da década de 1960”. O programa de governo do Partido dos Trabalhadores, de cunho socialista, pretendia reduzir a desigualdade social por meio da distribuição de renda entre os cidadãos. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo é investir em obras de infraestrutura- rodovias, ferrovias, hidrelétricas- juntamente com o Bolsa Família, que consiste na transferência direta de recursos financeiros a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza são o carro-chefe da administração de Lula e, inclusive, perduraram pelos governos posteriores. Atualmente, cerca de 14 milhões de família são contempladas com o segundo benefício citado. Outra política de Lula é a universalização do ensino público, efetivada pela criação das cotas étnicas no ingresso das universidades. As alianças formadas pelo PT no Congresso com PTB e PMDB facilitaram a aprovação dessas medidas. No entanto, a partir do escândalo do Mensalão descobriu-se a compra de votos de deputados por parte de integrantes do PT para obtenção de apoio político (Del Priore e Venancio, 2010: 294-301).

Mesmo com o desgaste na imagem, Lula se reelege em 2006. “A inflação sob controle, a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) zerada e a balança comercial com resultados dobrados entre 2003 e 2005” são motivos contundentes pelos quais o povo escolheu Lula pela segunda vez. A descoberta do pré-sal, reservatórios de petróleo a 5 mil metros de profundidade pela Petrobras, a visível distribuição de renda e programas que possibilitavam o acesso das classes C e D à educação como o Programa Universidade para Todos (Prouni) são fatores que contribuíram para a alta popularidade do petista mesmo diante dos casos de corrupção de seu governo. Há, portanto, uma crescente em relação à expressão das minorias na primeira década do século XXI (Del Priore e Venancio, 2010: 294- 301).

Graças à disseminação da pílula e à crescente participação feminina no mercado de trabalho, os álbuns de família e os retratos ganham cada vez mais novos atores: mães solteiras, padrastos, meios-irmãos e produções independentes. Segundo cálculos do IBGE, nesta década, metade dos domicílios chefiados por mulheres têm filhos de pais ausentes. Muitos domicílios se caracterizam por ligações consensuais temporárias. É o momento em que o número de divórcios triplica e há uma diminuição nos casamentos. Uma mudança importante se dá para as minorias: marchas e paradas gays protagonizam os maiores movimentos de massa da década, reunindo milhões de militantes e simpatizantes em eventos cujas dimensões em muito superam as tradicionais comemorações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador (DEL PRIORE e VENANCIO, 2010: 300).

Em 2010, o eleitorado brasileiro elege a primeira mulher presidente da história do país, Dilma Rousseff (PT). Ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil na gestão de Lula, Dilma teve seu antecessor como padrinho e companheiro de campanha. Reeleita em 2014, ano da disputa mais acirrada entre candidatos à presidência desde a redemocratização, Dilma não consegue completar o segundo mandato e sofre impeachment em 31 de agosto de 2016. A ex-presidente foi condenada pelo crime de responsabilidade por pedaladas fiscais- atraso da União no pagamento de bancos, neste caso Banco do Brasil, com o objetivo de maquiar as contas do governo- no Plano Safra e por abrir créditos suplementares, criar gastos, sem a autorização do Congresso (Portal G1).

No período da ditadura militar no Brasil, Dilma foi torturada por participar de organizações armadas que se opunham ao regime. Em seu primeiro mandato, criou a Comissão Nacional da Verdade, cuja função era a de investigar o descumprimento dos direitos humanos por agentes de estado na ditadura (Portal G1).

Em junho de 2013, a sociedade civil organiza pela internet uma série de manifestações para protestar contra a corrupção na política, a falta de representatividade nas instituições e partidos e a precariedade dos serviços públicos em diversas áreas como saúde e segurança. Os protestos de 20/06/2013 reuniram 1,25 em 100 cidades brasileiras, 300 mil só no Rio de Janeiro (Portal G1).

Na segunda gestão, a popularidade de Dilma cai significativamente. A petista teve dificuldade para alavancar propostas de autoria do Executivo, já que possuía um número insuficiente de aliados no Congresso para garantir uma governabilidade razoável. A

escolha do deputado, hoje cassado, Eduardo Cunha (PMDB) como presidente da Câmara agravou o cenário de Dilma. Cunha capitaneou um grande número de alianças dentro do parlamento e exerceu resistência ao governo petista na aprovação de matérias. Cunha aceitou o pedido de impeachment de Dilma, o que deu início ao processo de impedimento. A Operação Lava Jato, que apura desvio de verbas públicas da Petrobras, estatal onde Dilma ocupou a presidência do Conselho Administrativo, também culminou na queda da mandatária. A Lava Jato investiga o favorecimento de empresas privadas (formação de cartéis), especialmente empreiteiras, por meio de contratos mediante financiamento de campanhas políticas. Dilma teve o mandato cassado após votação no Senado, em que 61 senadores apoiaram o impeachment contra 20 que discordavam do impedimento. Apesar de ser afastada definitivamente da presidência da República, Dilma continuou com a prerrogativa de exercer cargos públicos, desfecho diferente do de Collor (Portal G1).

3. METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso consiste em uma análise de conteúdo dos editoriais do jornal Folha de S. Paulo que contêm a palavra democracia ou variações desta, desde que referidas ao contexto brasileiro. O período de análise se inicia em 05/10/1988, data da promulgação da Constituição, e se encerra em 01/09/2016, um dia após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Os editoriais são selecionados na tese porque refletem a posição ideológica do veículo.

O editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. O editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. A opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública” (MELO, 2003: 103-104).

Os editoriais são divididos em cinco categorias de democracia contemporânea apresentadas na obra de Luis Felipe Miguel, *Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento*. Este trabalho foi escolhido como parâmetro de pesquisa, pois aponta as principais teorias contemporâneas de democracia da atualidade, além de apresentar uma discussão sobre as vertentes mais repercutidas no debate acadêmico e político

Para selecionar os editoriais, realizou-se uma pesquisa no acervo online da Folha de S. Paulo introduzindo os seguintes termos: democracia (s), democrata (s), democrática (s), democrático (s), democrática (s), democratismo (s), democratização, democratizado (s), democratizada (s), democratizador (s), democratizadora (s), democratiza, democratizar, democratizam, democratizaram, democritiano (s) e democrítico (s).

Foram encontrados 1817 editoriais. Os textos que não apresentavam uma discussão mais profunda sobre a democracia, fazendo mera e pontual referência ao termo, ou que tratavam do cenário internacional foram descartados. Os selecionados foram classificados em cinco categorias de democracia contemporânea apresentadas na obra *Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento*. São eles: de acordo com os tipos de democracia. São eles: liberal-pluralismo, democracia deliberativa, republicanismo

cívico, democracia participativa e multiculturalismo. Um mesmo texto foi classificado em mais de uma categoria de democracia contemporânea quando tratava de mais de uma dimensão do conceito.

A valência, ou seja, a visão do jornal sobre o tipo de democracia, está atrelada a cada uma das categorias, podendo ser neutra, positiva/otimista ou negativa/pessimista.

Mais quatro variáveis são utilizadas na análise: a presença ou não de (1) referências ao contexto ou processo eleitoral inerente à democracia ("eleição"); (2) referências à transparência, troca de informações e fiscalização entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário ("accountability horizontal"); (3) referências à "mobilização popular", quando se tratar de manifestações ou qualquer ato organizado pela sociedade civil; e (4) referências à "liberdade de expressão", quando esteja em tela o direito de expressão de qualquer grupo social, inclusive da imprensa e do próprio jornal.

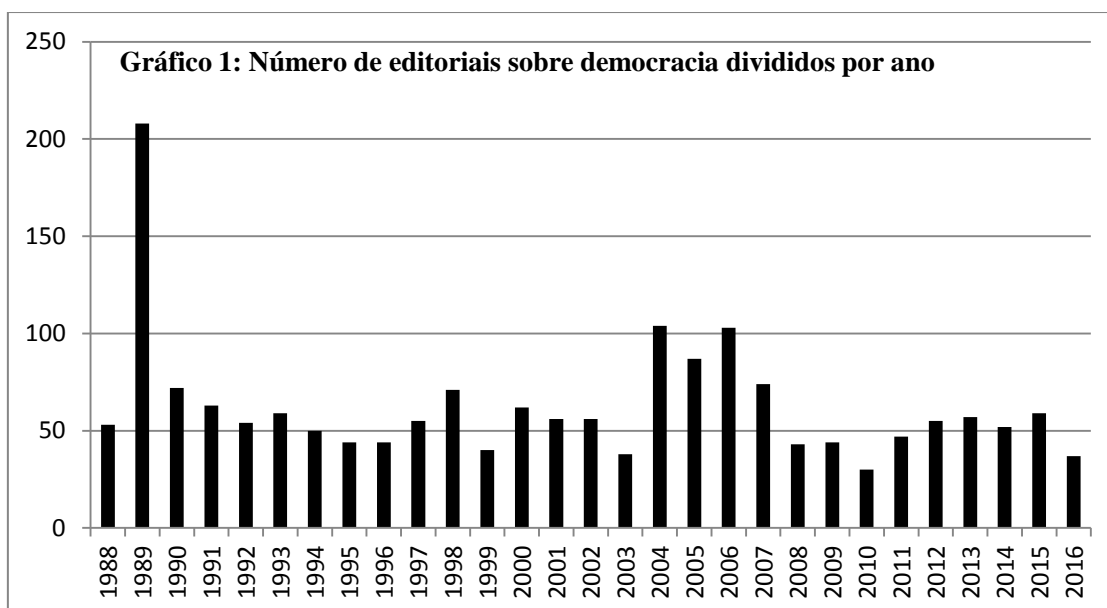
O resultado da análise gera uma tabela com os seguintes elementos: nome do editorial, data do texto, link do artigo, frase extraída do texto que contém um exemplo da expressão democrática classificada. As colunas são liberal-pluralismo, deliberativa, republicanismo, participativa, multiculturalismo, as valências correspondentes a cada um dos cinco tipos de democracia, e por último o item insuficiente, reservado para os textos que não atendem os requisitos da pesquisa.

Seis estudantes de graduação da Universidade de Brasília fizeram a classificação dos textos. Os 1817 editoriais foram divididos entre três conjuntos e cada classificador ficou responsável por analisar cerca de 600 textos. Portanto, cada um dos editoriais foi classificado por duas pessoas, permitindo observar o grau de concordância na classificação. Esta técnica foi adotada com a finalidade de comparação das análises e obtenção de uma média que transmita um resultado mais próximo da realidade. A autora da monografia não classificou os textos. Um protocolo de análise foi distribuído entre os seis codificadores com a definição dos cinco tipos de democracia contemporânea e exemplos de editoriais correspondentes às categorias.

Quanto à escolha do veículo de comunicação, a Folha é o jornal impresso mais lido pelos deputados federais, de acordo com estudo deste de 2016 do Instituto FSB Pesquisa. Dos 230 parlamentares entrevistados de 26 partidos, 65% elegeram a Folha de S. Paulo como o jornal preferido.

4. ANÁLISE DOS EDITORIAIS

O gráfico 1 exposto a seguir mostra os 1817 editoriais sobre democracia distribuídos ano a ano. Nota-se que em 1989 foi publicado o maior número de textos (208) sobre o assunto. Este ano, além de suceder a elaboração da Constituição, foi marcado pelas eleições diretas para a escolha do presidente da República após 29 anos sem a participação da população em um pleito, devido às restrições impostas pelo regime militar. Antes de 1989, quando Fernando Collor de Mello (PRN) foi eleito, as últimas eleições diretas para presidente haviam sido realizadas em 1960, ano em que Jânio Quadros (PTN) assumiu a presidência. O segundo ano com mais textos relacionados ao processo democrático é 2004, com 104 publicações, seguido por 2006, com 103 editoriais. Em 2006, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva foi reeleito.

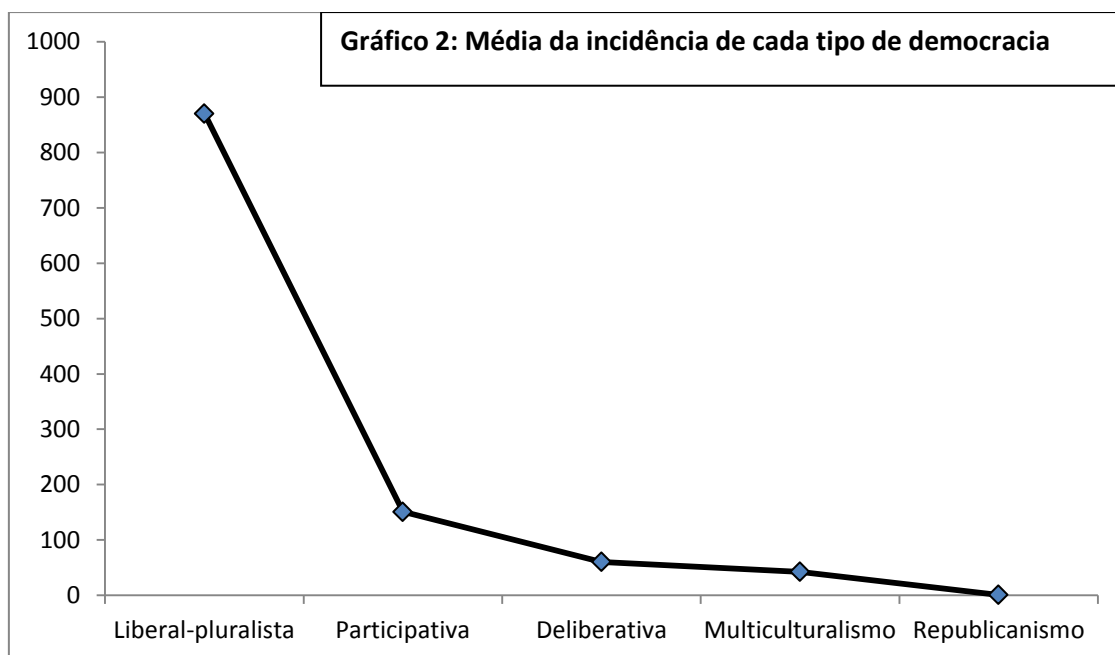


Três tabelas foram produzidas ao fim do trabalho. A primeira tabela contém a análise de todos os editoriais, assim como a segunda, existente para comparação. A terceira tabela compreende a média dos dois índices citados. Nesta conclusão optou-se por utilizar as médias resultantes das duas tabelas, pois o coeficiente de equivalência originado da comparação de ambas foi baixo. Na comparação da tabela 1 com a 2 referente ao resultado geral da democracia liberal-pluralista, a equivalência, ou seja, a compatibilidade entre os resultantes das duas tabelas é igual a 48%. Na democracia deliberativa o índice cai para 18%. No republicanismo cívico a compatibilidade é de

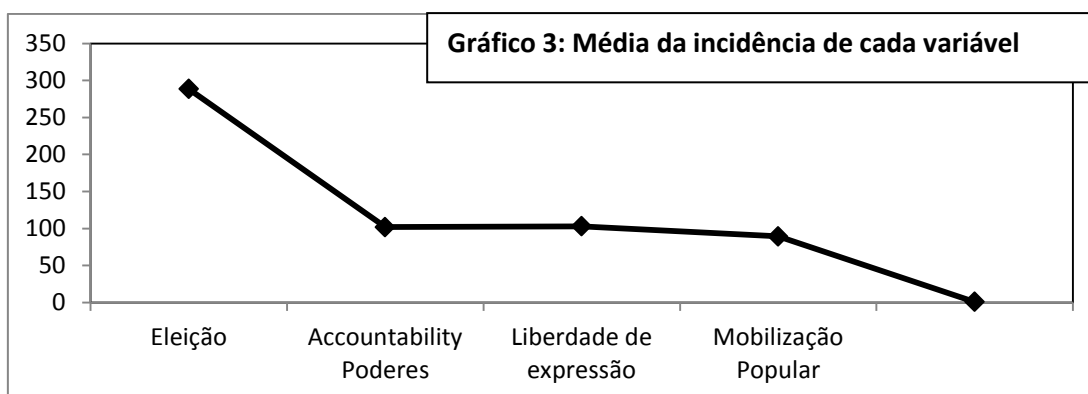
100%, pois há apenas um editorial dentre os 1817 que trata do assunto. Quanto à democracia participativa, o coeficiente de equivalência foi de 33%, pouco abaixo da corrente multiculturalista, 39%.

Em relação as outras variáveis se chegou aos seguintes resultados de equivalência: eleição (57%), accountability horizontal (25%), mobilização popular (49%) e liberdade de expressão (46%). Portanto, os gráficos contidos nesta análise dizem respeito somente às médias encontradas a partir das duas tabelas que abordam a análise dos mesmos textos.

O gráfico 2 com as médias demonstra a incidência de cada tipo de democracia contemporânea nos quase dois mil textos de 1988 a 2016. Observa-se que o liberal-pluralismo é a categoria de democracia mais abordada pelo jornal Folha de S. Paulo, com 870 editoriais em média. A democracia participativa ocupa o segundo lugar, com 151 menções, seguida da democracia deliberativa (60,5), multiculturalismo (42,5) e republicanismo cívico, que aparece em apenas um texto.



Ao avaliar as outras variáveis, independentes dos tipos de democracia, conclui-se a partir do gráfico 3 exibido abaixo que a maior parte dos 1817 editoriais discorreu sobre o cenário de disputa política e questões eleitorais.



Ao analisar a evolução dos conceitos ao longo dos 28 anos de redemocratização, é perceptível que o ápice da discussão dos ideais democráticos no jornal *Folha de S. Paulo* se deu na reconquista das eleições diretas pela população em 1989. Tanto a palavra democracia foi mais citada neste período quanto à categoria liberal-pluralista, em que a participação dos cidadãos é realizada através do voto. A corrente defende ainda a livre competição entre os partidos e a contestação pública das decisões governamentais.

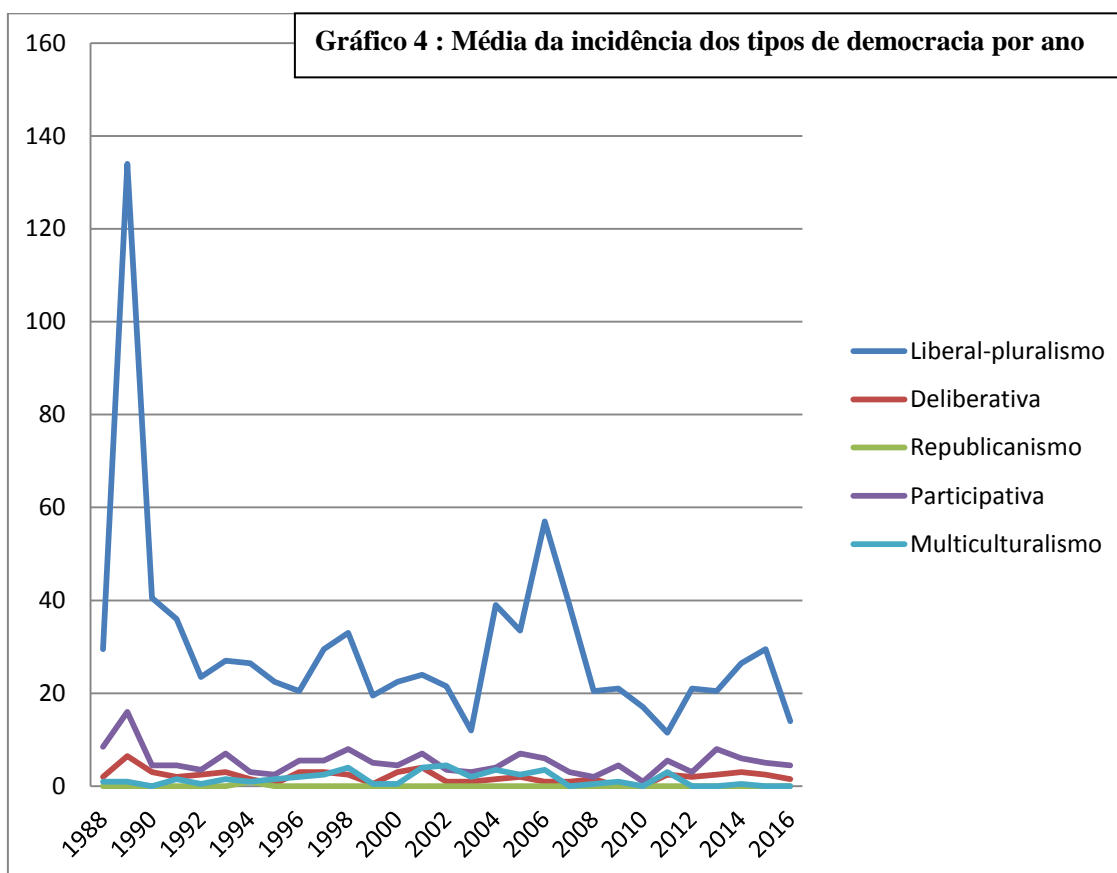


Tabela 1: Dados avaliados pelo primeiro grupo de codificadores

Ano	Editoriais	Liberal-pluralismo	Deliberativa	Republicanismo	Participativa	Multiculturalismo
1988	53	29	2	0	5	1
1989	208	149	1	0	16	1
1990	72	44	3	0	4	0
1991	63	42	2	0	7	1
1992	54	29	1	0	5	1
1993	59	32	2	0	9	2
1994	50	30	2	1	2	1
1995	44	26	1	0	4	0
1996	44	24	3	0	7	4
1997	55	37	3	0	6	3
1998	71	37	3	0	13	6
1999	40	23	1	0	4	0
2000	62	29	4	0	4	1
2001	56	27	4	0	9	4
2002	56	24	0	0	5	6
2003	38	17	1	0	3	2
2004	104	50	1	0	3	6
2005	87	41	3	0	7	5
2006	103	62	2	0	6	3
2007	74	45	1	0	3	0
2008	43	25	1	0	1	0
2009	44	24	0	0	6	2
2010	30	17	0	0	1	0
2011	47	17	2	0	5	3
2012	55	23	3	0	4	0
2013	57	27	3	0	11	0
2014	52	32	3	0	7	1
2015	59	33	3	0	6	0
2016	37	16	2	0	6	0
Total	1817	1011	57	1	169	53

Tabela 2: Dados avaliados pelo segundo grupo de codificadores

Ano	Editoriais	Liberal-pluralismo	Deliberativa	Republicanismo	Participativa	Multiculturalismo
1988	53	30	2	0	12	1
1989	208	119	12	0	16	1
1990	72	37	3	0	5	0
1991	63	30	2	0	2	2
1992	54	18	4	0	2	0
1993	59	22	4	0	5	1
1994	50	23	1	1	4	1
1995	44	19	0	0	1	3
1996	44	17	3	0	4	0
1997	55	22	3	0	5	2
1998	71	29	2	0	3	2
1999	40	16	0	0	6	1
2000	62	16	2	0	5	0
2001	56	21	4	0	5	4
2002	56	19	2	0	2	3
2003	38	7	1	0	3	2
2004	104	28	2	0	5	1
2005	87	26	1	0	7	0
2006	103	52	0	0	6	4
2007	74	33	1	0	3	0
2008	43	16	2	0	3	1
2009	44	18	0	0	3	0
2010	30	13	1	0	1	0
2011	47	6	3	0	6	3
2012	55	19	1	0	2	0
2013	57	14	2	0	5	0
2014	52	21	3	0	5	0
2015	59	26	2	0	4	0
2016	37	12	1	0	3	0
Total	1817	729	64	1	133	32

Tabela 3: Médias resultantes das tabelas 1 e 2

Ano	Liberal-pluralismo	Deliberativa	Republicanismismo	Participativa	Multiculturalismo
1988	29,5	2	0	8,5	1
1989	134	6,5	0	16	1
1990	40,5	3	0	4,5	0
1991	36	2	0	4,5	1,5
1992	23,5	2,5	0	3,5	0,5
1993	27	3	0	7	1,5
1994	26,5	1,5	1	3	1
1995	22,5	0,5	0	2,5	1,5
1996	20,5	3	0	5,5	2
1997	29,5	3	0	5,5	2,5
1998	33	2,5	0	8	4
1999	19,5	0,5	0	5	0,5
2000	22,5	3	0	4,5	0,5
2001	24	4	0	7	4
2002	21,5	1	0	3,5	4,5
2003	12	1	0	3	2
2004	39	1,5	0	4	3,5
2005	33,5	2	0	7	2,5
2006	57	1	0	6	3,5
2007	39	1	0	3	0
2008	20,5	1,5	0	2	0,5
2009	21	0	0	4,5	1
2010	15	0	0	1	0
2011	11,5	2,5	0	5,5	3
2012	21	2	0	3	0
2013	20,5	2,5	0	8	0
2014	26,5	3	0	6	0,5
2015	29,5	2,5	0	5	0
2016	14	1,5	0	4,5	0
Total	870	60	1	151	42,5

5. CONCLUSÃO

Este trabalho realizou uma análise de conteúdo dos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* que tratam do tema democracia e que foram publicados entre 1988 e 2016. Os textos foram divididos em cinco categorias de democracia contemporânea. Conclui-se que o veículo de comunicação reproduziu mais artigos que contemplam o liberal-pluralismo. Nesta vertente, a democracia é concorrencial. O processo democrático significa competição pela liderança por meio do apoio popular (eleição). O povo possui a prerrogativa de votar, contestar decisões políticas e retirar mandatários do poder. A função do governo é garantir a livre competição e a formação de grupos de representantes (coalizões). Outro aspecto relevante é que o maior número de textos que falam de democracia foi publicado em 1989, ano em que houve eleições diretas no Brasil após 29 anos da ausência deste direito fundamental do eleitorado.

A pauta incessante do jornal sobre eleição, num cenário de redemocratização, pode refletir a empolgação popular com o resgate do poder do voto. A democracia participativa teve seu maior pico também em 1989. Como a população brasileira tinha acabado de sair de um regime militar, em que os direitos civis foram abolidos repentinamente, o direito ao voto representou, na visão do jornal, uma maneira de integração do povo no cenário político. A limitação de prerrogativas básicas do cidadão como a contestação pública durante a ditadura militar gerou esta correlação feita pelo veículo de comunicação entre voto e participação. O segundo momento de destaque da democracia participativa foram as manifestações de 2013, em que milhares de pessoas foram às ruas sem possuir um líder ou seguidor para protestar contra a corrupção na política, a precariedade de serviços como segurança e saúde e a falta de representatividade nos partidos.

O multiculturalismo, tímido nos primeiros anos da análise, começou a despontar na pauta de discussão do periódico no fim da década de 1990 e início dos anos 2000 com questões como defesa do aborto e dos direitos dos homossexuais. A corrente, que atingiu seu ápice por volta de 2002, prioriza a expressão das minorias, tratando cada uma de forma única, por meio do reforço da representação e da atuação de associações na política institucional.

6. BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

COELHO, Vera Schattan P. e NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

FRASER, Nancy. **Justice interrupts: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York: Routledge, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

HELD, David. **Models of democracy**. Cambridge: Polity Press, 2006.

LAVALLE, Adrián Gurza e ARAÚJO, Cícero. **O futuro da representação**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

MARQUES, Danusa. **Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento**. São Paulo: BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 59, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Fontes eletrônicas:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988>

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>

<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/dilma-de-mae-do-pac-ao-impeachment/>

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/atos-sao-maior-mobilizacao-sem-lider-da-historia-brasileira-dizem-analistas.html>

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15

<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>

<http://www.institutofsbpesquisa.com.br/pdf/midia-e-politica-2016.pdf>